



8º CNP

CONGRESSO NACIONAL DE PROFISSIONAIS

A ENGENHARIA E O SACI PERERÊ

Wilson Xavier Dias

Brasília, junho de 2013

A ENGENHARIA E O SACI PERERÊ

Resumo Curricular: O autor é engenheiro eletricitista formado pela Universidade Federal de Itajubá, em 1981. Foi presidente da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Sumaré, SP, assessor do Confea e atualmente é assessor da presidência do Crea DF.

Endereço: Quadra 2 Conjunto B9 – Casa 10 – Sobradinho – Brasília, DF – CEP 73015-209 – Telefone: (061)39612847
– E-mail: wxdias@gmail.com

RESUMO

O artigo apresenta três afirmações que normalmente são utilizadas para apresentar a importância do Sistema Confea/Crea/Mutua e questiona, criticamente, que na realidade elas tentam demonstrar a representatividade, o poder e a imprescindibilidade do sistema para a sociedade. Apresenta ao final algumas sugestões para servir de base para a elaboração de propostas.

Palavras chave

Representatividade, dimensão do sistema, importância do Sistema

INTRODUÇÃO

No esforço para modernizarmos a estrutura e o funcionamento do Sistema Confea/Crea/Mutua é importante trabalharmos o mais próximo possível da realidade, tanto se olharmos com o olhar crítico a realidade atual, quanto ao elaborarmos propostas de mudança, sob o risco de, mesmo bem intencionados, errarmos o alvo.

Este texto busca, ainda que simplesmente, desmitificar algumas idéias que são correntes em nosso meio, mas que se não interpretadas corretamente poderão levar a análise e propostas inócuas.

TEXTO

Mitologia é uma forma que o gênio humano achou de trazer para o nível do popular alguns conceitos e valores observados no comportamento e na alma do homem. É uma maneira didática e prática de tentar explicar como somos em alguns aspectos de nossa natureza. Ninguém sabe como surge uma figura mitológica. Não é fruto de elaborações acadêmicas ou pesquisas sistematizadas. Ela surge no meio do povo, utiliza figuras do cotidiano ou do imaginário coletivo, mas tem o grande poder de resumir na personalidade de um personagem características do ser humano que os acadêmicos e intelectuais gastariam incontáveis páginas para descrever. Eles não existem mas, incomodamente, nos vemos um pouco neles.

Os mitos mais conhecidos são os implacáveis e temperamentais deuses e heróis gregos: Hércules, Aquiles, Zeus, Édipo, etc. Eles representam frações de nossa personalidade, de forma que se juntássemos todos chegaríamos a um retrato aproximado do ser humano, com suas virtudes e defeitos. Menos conhecidos, porém tão emblemáticos quanto aqueles, são os nossos mitos tupiniquins. Quem nunca ouviu falar do Saci Pererê, símbolo do espírito moleque e travesso do brasileiro, ou do Curupira, protetor de nossas florestas e matas? Eles e todos os demais personagens são projeções da personalidade do brasileiro, de seus defeitos, virtudes ou mesmo de seus desejos coletivos.

Com o passar do tempo a idéia foi ampliada e hoje, principalmente no conceito popular, mito passou a significar uma coisa que aparentemente é verdade, mas no fundo é uma idéia falsa.

No nosso dia a dia e nas mais diversas áreas podemos criar, alimentar ou conviver com idéias ou conceitos que se vestem com uma roupagem de verdade, mas no final são mitos, idéias que são sustentadas apenas pelo hábito, folclore ou superstição popular.

Dentro dos nossos limites de atuação convivemos com mitos que tentam explicar ou dar sentido a ações ou posturas que normalmente assumimos. Não criamos figuras lendárias, mas criamos idéias ou argumentos que vão servir de base para muitas decisões que tomamos. E podemos correr o risco de darmos rumos equivocados a nossas decisões, se as basearmos nessas idéias.

Vamos aqui comentar apenas três idéias que ouvimos comumente em pronunciamentos ou lemos em artigos sobre o nosso sistema profissional. É claro que não iremos esgotar as discussões sobre os assuntos, mas eles servirão de base para algumas reflexões sobre nossa situação e para algumas sugestões ao final.

1 – Somos o maior conselho profissional do mundo, com mais de um milhão de profissionais registrados

Essa não é uma informação falsa. Ela é verdadeira. O problema dela não é a verdade que expressa, mas o que queremos dizer com ela quando a expressamos. Normalmente quando a utilizamos estamos querendo afirmar nossa representatividade. Estamos dizendo implicitamente que atrás de nossas decisões temos o respaldo de um milhão de profissionais, que somos seus porta-vozes, ou que, no mínimo, representamos a idéia média de todo esse contingente. Isso é um mito.

Vamos aproveitar a deixa e refletir um pouco sobre nossa representatividade.

Em primeiro lugar, não temos a atribuição legal de sermos os representantes da classe profissional que regulamos e fiscalizamos. A lei que criou o Sistema Profissional não nos concedeu poderes para falar em nome dos profissionais, ou representá-los. Nossa obrigação é fiscalizar o trabalho deles, o que normalmente não é uma atividade simpática a quem está sendo fiscalizado. Dificilmente alguém daria uma credencial de representante a quem o está fiscalizando. Poucos são os que têm consciência da importância da fiscalização, tanto para a sociedade quanto para o próprio profissional (para o bom profissional), a ponto de serem gratos por esse trabalho.

Para amenizar um pouco essa situação procuramos desenvolver outras atividades, dentro do limite legal, que atendam a anseios ou necessidades dos profissionais.

Em segundo lugar, temos a questão da representatividade mesmo, independente da atribuição legal. Será que as opiniões e posições das lideranças do sistema, ou as decisões tomadas, estão alinhadas com a opinião de toda a classe profissional?

É claro que para uns poucos que conhecem o sistema profissional, estão envolvidos com suas questões, talvez possam se ver representados por suas lideranças, mas a verdade é que essa é uma parcela muito pequena do universo dos profissionais. Um indicador bem claro disso é a participação em nossos processos eleitorais. Como o voto em nossas eleições não é obrigatório, somente comparecem para votar aqueles que conhecem, participam, ou têm a consciência da importância do sistema. Pois bem, nas últimas três eleições para o Confea não participaram, em cada uma, 10% dos profissionais aptos a votarem. O presidente do Confea em todos os três casos foi eleito com os votos de menos de 6% dos profissionais. Isso, no mínimo, enfraquece a representatividade do presidente: 90% dos profissionais aptos a votarem se mantiveram indiferentes, recusaram-se a dar sua opinião favorável ou contrária, aos concorrentes ao cargo.

Uma maneira fácil de medir o poder dessa representatividade é pensarmos na possibilidade de se, por qualquer motivo, precisarmos fazer uma mobilização de toda a categoria. Se a convocação for feita pelo sistema profissional, qual será a resposta? Quantos profissionais reconhecerão o sistema como a liderança da categoria e atenderão ao chamado? (Na realidade não conseguimos pensar em nenhuma entidade que teria esse poder, mas nenhuma outra reivindica essa posição)

Esse é um grande desafio em que temos que pensar quando nos propomos a revisar nosso marco legal. Como criar condições e mecanismos que garantam a participação de um maior nº de profissionais nas decisões e rumos do sistema? Ou antes, que condições e mecanismos são esses?

2 – 70% do PIB do Brasil passa pelas mãos de profissionais regulados pelo sistema Confea/Creas.

Outra afirmação bastante usada e que da mesma forma que a anterior é uma verdade que mascara a intenção com a qual é usada.

Quando usamos esse argumento, longe de querermos enaltecer nossa capacidade técnica e criativa, no fundo queremos afirmar o nosso poder. Se manipulamos 70% da riqueza do país, com certeza temos um grande poder de influência e decisão. Ledo engano. Realmente a geração da riqueza do país passa pela mão dos profissionais da área técnica. Sob essa ótica podemos afirmar até que não somente 70%, mas provavelmente 100% da riqueza produzida no país passa, em algum momento, pelas mãos de um profissional do nosso sistema. Mesmo se pensarmos no exercício da medicina, ou na reflexão do filósofo, ou na ação do professor, vamos ver que talvez para o exercício direto dessas atividades não seja necessária a ação de um técnico de nossa área, mas com certeza ela está presente nas ferramentas ou dispositivos de apoio para essas profissões. Isso tudo por uma razão simples: engenharia, por definição, é a arte da transformação. Assim, a produção de qualquer produto novo, ou qualquer nova técnica de produção desenvolvida, significa uma ação da engenharia.

Mas se a geração da riqueza passa pelas mãos das profissões técnicas, a decisão quanto a sua utilização não. E esse é o grande equívoco sobre a afirmação que estamos comentando. Se a riqueza e o conseqüente poder que ela gera são criados pela tecnologia, a utilização desse poder não é definida pelas mesmas pessoas. E os resultados que esse poder gera, decisões, investimentos, políticas, não atendem, necessariamente, aos anseios daqueles que o geraram. São pouco ouvidos ou chamados a se manifestar.

Resumindo, somos os responsáveis pela geração da maior parte da riqueza do país, mas não temos o poder que essa riqueza gera, portanto quando usamos essa declaração estamos, conscientemente ou não, alimentando um mito.

3 – Somos indispensáveis

Essa declaração nunca é verbalizada, pelos menos não claramente assim. Mas a postura assumida por grande parte dos líderes deixa transparecer a idéia de que somos indispensáveis à vida do nosso país (estou falando do sistema profissional, não das profissões). Somos importantes, não indispensáveis. Em diversos países as profissões são fiscalizadas e controladas por modelos diferentes dos nossos conselhos profissionais. E funcionam. No Brasil o modelo escolhido para fiscalizar o exercício profissional e garantir à sociedade a oferta de serviço adequado foi o de conselho profissional, uma autarquia pública, sujeita às regras e com os deveres de todo órgão público. Assim como fomos criados por lei, facilmente (em termos) podemos ser extintos por outra lei. Nossa sobrevivência é diretamente proporcional à nossa importância perante a sociedade, não do nosso ponto de vista, mas do ponto de vista da sociedade. Se o nosso trabalho for acolhido e reconhecido como um fator de segurança e tranquilidade pela sociedade, teremos nossa sobrevivência garantida, porém se formos vistos apenas como um peso a mais, como geradores de obrigações desnecessárias (independente se essa visão for verdadeira ou não), estaremos sob ameaça de extinção. Nosso desafio então é criarmos mecanismos que signifiquem canais abertos e desimpedidos de comunicação com a sociedade de forma que vejam e reconheçam nossa utilidade e importância.

Como dissemos no início, não temos a pretensão de esgotar o assunto (mesmo porque se assim fosse, não haveria a necessidade da opinião de mais ninguém), nem mesmo de estarmos certos. Se essas reflexões levarem o prezado leitor a pensar sobre esses assuntos, mesmo que seja para contrariá-los, creio que uma contribuição razoável foi dada.

Mas para não sermos apenas iconoclastas irresponsáveis, apontando erros sem propor soluções, vamos apresentar algumas propostas para servirem de diretrizes para a reflexão e produção de propostas concretas.

1 – Quanto à representatividade

Apesar de pessoalmente ser a favor do voto voluntário, como expressão da vontade de participar, e não por obediência a uma imposição, penso que, transitoriamente, até atingirmos um grau de maturidade suficiente a ponto de todos (ou a maioria) reconhecerem a importância da participação, deveríamos implantar o voto obrigatório nas eleições do Sistema, da mesma maneira que acontece em diversos outros conselhos. Em paralelo a isso deveria haver um trabalho constante de conscientização e amadurecimento de nossa classe profissional até atingirmos o ponto em que o voto poderia voltar a ser facultativo.

Outra proposta para facilitar a participação do maior número possível de profissionais, seria a implantação do voto pela internet. A idéia é muito atraente e penso que seja um destino inevitável. O maior problema quanto à sua implantação hoje é sobre a segurança do sistema. Muitos adeptos da idéia têm argumentado que é possível se criar um sistema seguro hoje. Alguns conselhos até já implantaram, e tiveram graves problemas. O ex-ministro Ayres Brito, quando era presidente do TSE, participou de um encontro de lideranças do Confea e expressou a mesma opinião: de que o voto pela internet é desejável, é inevitável mais dia menos dia, porém ainda não existe um sistema seguro o suficiente. O TSE, que pensa eleição 24 horas por dia, quer um sistema, mas ainda não tem confiança em nenhum existente. Acho que devemos optar, em tese, pela adoção do voto pela internet, mas vinculado a termos um sistema o mais seguro possível. O TSE poderia ser o nosso balizador de quando esse momento chegar.

Novas questões surgirão com esse sistema e que deverão ser encaradas e resolvidas. Por exemplo, se não há a garantia da identidade do votante (ele não estará presente, não será exigida sua identificação, como é feito hoje) haverá a possibilidade de profissionais não conscientes fornecerem suas senhas a terceiros. Será uma porcentagem significativa, que possa comprometer a representatividade? Não há como saber, mas o perigo existe e deve ser pensado.

Há também o perigo de voltarmos ao velho coronelismo eleitoral, o voto de cabresto. Se não há a cabine eleitoral, que é indevassável, qualquer pessoa que tiver poder sobre outra, patrão, por exemplo, pode exigir que o voto seja dado em sua frente, no seu candidato. Não podemos deixar ressuscitar práticas antigas com roupagem tecnológica atual.

Outra situação a ser refletida é sobre o tipo de eleição para cada instância do Sistema. Temos uma crença cega de que o voto direto é o mais democrático. E quando afirmamos isso parece que estamos dizendo que as demais formas não são. Temos diversos exemplos de países que usam o voto indireto para escolha de seus representantes, e ninguém pode duvidar do espírito democrático de suas instituições. Com certeza o voto direto é o mais simpático, mas não é o único fator que define a representatividade de uma escolha. Por exemplo: se o eleitor não tiver relação direta com o assunto com o qual está votando, a representatividade é questionável. Se pedimos para todos os farmacêuticos de um estado escolherem, por voto direto, o presidente do Crea, será um processo democrático, porém o resultado será questionável. A idéia aqui é repensarmos a forma de escolha do presidente do Confea. Hoje, por ser eleição direta, o candidato deve montar um esquema grande e caro para poder levar suas propostas a todos os lugares do Brasil e a todos os profissionais, seus eleitores. O cargo de presidente do Confea é honorífico. O candidato vencedor não tem sequer a esperança de recuperar os gastos da campanha (que não são pequenos) com um possível salário do cargo, já que este não existe. Normalmente a campanha é financiada por pessoas ou empresas que abraçam as propostas do candidato. Mas é claro que esses apoios geram compromissos futuros, que podem comprometer a isenção ou, no mínimo, a autonomia de atuação do eleito.

A proposta seria repensar a forma de eleição do presidente do Confea, voltando a um colégio eleitoral, formado por aqueles que são mais diretamente ligados à atuação do Confea, como os presidentes de Creas, presidentes das entidades nacionais e conselheiros federais. Os profissionais são mais afetados diretamente pela ação do Crea. Para o presidente deste, sim, continuaria o voto direto dos profissionais.

Sei que não é uma proposta muito simpática. Parece um retrocesso. E não a defendo com unhas e dentes como a única possível. O foco principal não é a forma, mas repensar o modelo com o objetivo de se criar uma alternativa que seja mais prática, barata, democrática e representativa. A proposta apresentada é apenas um pontapé inicial nessa discussão.

2- Quanto ao reconhecimento da sociedade à importância e necessidade do sistema, a proposta é que o sistema elabore um plano de divulgação conjunto (Confea, Creas e Mutua) permanente. Que não seja formado apenas por ações pontuais e esporádicas, mas que represente um esforço permanente, com objetivos e metas bem definidas, indicadores que meçam a progressão do conhecimento e reconhecimento da sociedade e mecanismos de correção e ajustes ao longo do processo.

CONCLUSÃO

Enfim, para que nossas percepções (algumas) do nosso Sistema profissional deixem de ser mitos, expressões técnicas do Saci-Pererê, devemos encarar essas questões com realismo e atuar no sentido de que essas percepções e afirmações sejam expressões dos nossos sonhos, finalmente transformados em realidade.